

TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR

Edital 16/2024 - DIGAP	
Título e Código do Projeto	914BRZ1115: Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano de Ações Articuladas - PAR
Local(s) de Trabalho	<i>Brasília/DF</i>
Período do contrato:	<i>11 meses</i>
Valor total:	R\$ 550.000,00 (R\$ 110.000,00 cada contrato)
Número de vagas:	05 (cinco)
Enquadramento no Prodoc	Atividade: 1.1.4. Realizar estudo que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

1. FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em colaboração com o Ministério da Educação (MEC), tem se empenhado em alinhar suas ações institucionais, programáticas e administrativas de maneira estratégica. O objetivo é criar condições favoráveis para a gestão eficaz das políticas educacionais do ministério. Este alinhamento está inserido no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Lei nº 13.005/2014, cujas diretrizes influenciam diretamente as atividades da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP).

Para aprimorar a execução das políticas educacionais, a cooperação técnica busca gerar resultados concretos e mensuráveis no projeto específico através da contratação de consultores individuais. Estes profissionais auxiliarão na adaptação da DIGAP às exigências legais e na mitigação de riscos jurídicos, assegurando a regularidade e a transparência na administração dos recursos públicos e no cumprimento das metas do Plano de Ações Articuladas. Além disso, pretende-se fortalecer a atuação da DIGAP através de uma análise detalhada das decisões judiciais no setor educacional, otimizando o impacto das políticas públicas.

Diante desse cenário, a contratação de consultores especializados é essencial para garantir o aprimoramento e a execução eficaz das políticas públicas de infraestrutura educacional, especialmente no contexto das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e Pacto Nacional de Retomada das Obras. A complexidade dos normativos que regem as transferências discricionárias e legais, aliada à necessidade de conformidade com a legislação eleitoral e às demandas dos órgãos de controle, impõe a necessidade de uma análise

técnica aprofundada, revisão normativa e proposição de melhorias operacionais. A atuação dos consultores será fundamental para:

1. Analisar a legislação vigente e as regulamentações aplicáveis às transferências de recursos e assistência técnica e financeira, garantindo que os instrumentos pactuados com os entes federados estejam em conformidade com as normas legais.
2. Propor adequações normativas e operacionais que visem otimizar os processos de repasse de recursos e a execução dos programas educacionais nos Estados, especialmente em contextos de alterações legais e normativas que possam impactar os fluxos financeiros e a execução das ações.
3. Avaliar as recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle, como TCU e CGU, assegurando que as ações corretivas e preventivas sejam implementadas de maneira adequada, evitando a recorrência de problemas que possam comprometer a eficiência das políticas públicas.
4. Realizar levantamentos detalhados sobre o impacto das ações do Novo PAC e do PAR, particularmente nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste, contribuindo para a redução de vulnerabilidades educacionais e o fortalecimento da infraestrutura educacional nos Estados.
5. Propor ajustes normativos e administrativos que aprimorem o uso eficiente dos recursos, a execução das políticas públicas e a resposta às necessidades dos entes federados, fortalecendo a atuação do FNDE na implementação dessas ações.

Dessa forma, a contratação dos consultores justifica-se pela relevância técnica e estratégica de suas atividades, que irão fortalecer a governança, a transparência e a efetividade das políticas de educação no Brasil.

2. ENQUADRAMENTO NO PRODOC

Resultado 1.1: Normas e recomendações aplicadas a assistência técnica e financeira da DIGAP no âmbito do PAR referentes às ações de infraestrutura educacional e recursos pedagógicos revisadas.

Enquadramento no Prodoc: Os resultados inserem-se nas atividades previstas na

Atividade: 1.1.4. Realizar estudo que subsidiem a DIGAP no redesenho de normas e práticas, considerando as especificidades técnicas, realidades geográficas e socioeconômicas, quanto à execução dos instrumentos pactuados no âmbito do PAR, atendendo às exigências e regras dos órgãos de controle.

3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

Consultor 1 (CGDEN)

Atividade 1: Analisar os normativos acerca da legislação que rege as transferências discricionárias e legais envolvendo a assistência técnica e financeira, com recursos do Plano de Ações Articuladas – PAR, Novo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento e do Pacto Nacional de Retomada das Obras aos Entes Federados, atuantes na área educacional.

Atividade 2: Propor revisão e adequação de normativos relacionados às ações pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, no que se refere à validação dos instrumentos celebrados com condicionante.

Atividade 3: Realizar análise quanto aos normativos que orientam as transferências de recursos para os instrumentos pactuados com os entes federados, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR

e do Pacto Nacional de Retomada das Obras, considerando o período de defeso eleitoral, bem como, a lei que rege as eleições.

Atividade 4: Analisar as transferências de recursos efetivadas para os entes federados, que apresentam pendências legais, no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR e do Pacto Nacional de Retomada das Obras.

Atividade 5: Apresentar resultados parciais e relatórios finais referentes aos produtos da consultoria.

Consultor 2 (CGIMP)

Atividade 1: Analisar os normativos acerca da legislação que rege as transferências discricionárias e legais envolvendo a assistência técnica e financeira, com recursos do PAR e de Emendas Parlamentares, aos Entes Federados, às Universidades não Federais e às Organizações Sociais atuantes na área educacional, que demandem atuação da CGIMP;

Atividade 2: Realizar levantamento das determinações e recomendações da Controladoria da União, nos anos de 2023 e 2024, concernentes ao PAR e ao Pacto Nacional de Retomada de Obras.

Atividade 3: Realizar levantamento dos acórdãos, relatórios, pareceres e comunicações do TCU, nos anos de 2023 e 2024, concernentes ao PAR e ao Pacto Nacional de Retomada de Obras.

Atividade 4: Organizar as recomendações e determinações encontradas em uma base de dados estruturada, incluindo informações sobre a natureza da recomendação, data, contexto e áreas afetadas.

Atividade 5: Analisar as implicações jurídicas de cada recomendação/determinação, considerando a legislação vigente, jurisprudência relevante e políticas internas da instituição.

Atividade 6: Avaliar possíveis ações corretivas a serem adotadas.

Atividade 7: Realizar reuniões com as partes envolvidas nos processos, a fim de alinhar e apresentar os resultados obtidos por meio das análises.

Atividade 8: Propor ações corretivas, além de sugerir medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.

Atividade 9: Propor recomendações detalhadas para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho acerca das demandas levantadas.

Consultor 3 (DIGAP)

Atividade 1: Realizar o levantamento, por meio dos sistemas gerenciais do FNDE, detalhado dos valores investidos e pagos no primeiro semestre de 2023 e 2024 pelos Estados, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Atividade 2: Analisar e comparar os valores pagos e investidos entre o primeiro semestre de 2023 e o mesmo período de 2024.

Atividade 3: Identificar e explicar as variações nos repasses e na execução financeira entre os dois exercícios, considerando fatores contextuais, econômicos e operacionais.

Atividade 4: Pesquisar e identificar alterações legais e normativas ocorridas entre 2023 e 2024 que possam ter impactado os repasses financeiros e a execução dos programas PAR e PAC nos Estados envolvidos.

Atividade 5: Avaliar como essas mudanças influenciaram as variações nos investimentos e nos pagamentos realizados.

Atividade 6: Sugerir possíveis ajustes normativos ou administrativos que possam melhorar a eficiência dos repasses e a execução dos programas nos Estados analisados.

Consultor 4 (CGEST)

Atividade 1: Realizar análise jurídico-administrativa e mapeamento do fluxo do processo do cadastramento de novas iniciativas no âmbito do Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), à luz dos

normativos pertinentes, junto à plataforma TransfereGov;

Atividade 2: Realizar estudo jurídico-administrativo, avaliativo, das Resoluções do Novo Plano de Ações Articuladas (PAC) no âmbito da Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Sistemas Educacionais (CGEST) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para identificar eventuais dificuldades apresentadas pelos entes federados no cadastramento das iniciativas de infraestrutura educacional com vistas à obtenção do deferimento e autorização para formalização do termo de compromisso.

Atividade 3: Análise jurídico-administrativa sobre implementação de atualizações normativas junto ao Novo Plano de Ações Articuladas (PAC) voltadas à melhoria da política pública de forma a reduzir a vulnerabilidade educacional nos Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país.

Atividade 4: Propor revisão de normativos relacionados às ações pactuadas por meio do Plano de Ações Articuladas – PAR, Resoluções 3 e 4 do PAR, quanto às condições de utilização de recursos próprios nos casos de atraso de liberações de recursos por parte do FNDE.

Atividade 5: Levantamento de dados relativos às solicitações apresentadas pelos entes federados, no Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), a partir do Transferegov, para os Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país.

Atividade 6: Mapear demandas de órgãos de controle, nos Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país, relacionadas a iniciativas de infraestrutura física escolar do Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), no contexto das atribuições da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/FNDE;

Atividade 7: Levantamento de dados relativos às iniciativas deferidas, no Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), a partir do Transferegov, voltadas aos Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país;

Consultor 5 (CGEST)

Atividade 1: Pesquisar a efetividade sobre a implementação da Resolução nº 26 de 24 de novembro de 2023, que institui os procedimentos de priorização e critérios de seleção de propostas de reforma e ampliação de unidades escolares e aquisição de mobiliário para atendimento de demandas do Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Novo PAC nos Estados das Regiões Sul e Sudeste, identificando boas práticas e desafios encontrados.

Atividade 2: Análise quantitativa de dados relativos às iniciativas cadastradas, mas indeferidas ou não selecionadas, no Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), para a construção de escolas de educação infantil, a partir do Transferegov para escolas em tempo integral;

Atividade 3: Análise jurídico-administrativa sobre a designação da Caixa Econômica Federal - CEF, como mandatária na execução das políticas públicas do Novo PAC, quanto às atividades desempenhadas para o Fortalecimento da gestão em infraestrutura da educação.

Atividade 4: Análise crítica das políticas educacionais propostas pela resolução nº 13 de 06 agosto de 2024 com vistas a reforma das escolas destruídas em razão tragédia climática que acometeu o Rio grande do Sul e sua sistematização no âmbito da CGEST.

Atividade 5: Análise crítica das políticas educacionais propostas pela resolução nº 12 de 06 agosto de 2024 com vistas a reconstrução das escolas destruídas em razão tragédia climática que acometeu o Rio Grande do Sul e sua sistematização no âmbito da CGEST.

Atividade 6: Proposição de melhorias para o aperfeiçoamento das atividades de competência da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/FNDE, relacionadas a iniciativas de infraestrutura física escolar, considerando o histórico do PAC e do Novo PAC;

4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

Consultor 1 (CGDEN)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*	Valor por produto
Produto Técnico A Documento contendo estudo analítico acerca da execução financeira dos instrumentos pactuados, no âmbito do PAR – Plano de Ações Articuladas e Novo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, quanto à possibilidade de transferência dos recursos, referente à primeira parcela de desembolso, considerando a lei que rege às eleições e ao período de defeso eleitoral.	35 dias	R\$ 23.000,00
Produto Técnico B Documento contendo estudo da Lei nº 14.719, de 2023, que instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia, quanto a não adesão pelos entes federativos para o reestabelecimento de obras paralisadas ou inacabadas, incluindo avaliação quanto aos efeitos jurídicos diante da legislação vigente e a jurisprudência ao caso concreto.	100 dias	R\$ 22.700,00
Produto Técnico C Documento contendo estudo analítico acerca da não adesão pelos entes federativos ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia (Lei nº 14.719, de 2023), especificamente para os casos de obras paralisadas, quanto à situação de prorrogação de vigência e/ou de cancelamento do instrumento pactuado.	170 dias	R\$ 22.000,00
Produto Técnico D Documento contendo estudo à luz da legislação vigente acerca dos instrumentos pactuados, no âmbito das obras do PAR – Plano de Ações Articuladas e Novo PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, gerados com condicionantes, considerando o prazo legal para validação e atendimento dos gestores, incluindo análise quanto aos efeitos jurídicos diante da falta de atendimento pela entidade federada interessada.	240 dias	R\$ 21.300,00
Produto Técnico E Documento contendo estudo analítico sobre a existência de possíveis impeditivos constitucionais, legais ou normativos dos programas sob a responsabilidade da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais - DIGAP/FNDE, quanto à realização de transferências obrigatórias e/ou voluntárias às entidades que apresentam restrições no CAUC/SIAFI.	320 dias	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 02 (CGIMP)

Produto	Data de entrega*	Valor por produto
Produto técnico “A” - Documento contendo levantamento e análise referente à legislação afeta ao Pacto Nacional de Retomada de Obras, identificando possíveis lacunas, bem como avaliação quanto à necessidade de adequação e atualização dos normativos correlatos, no que tange às obras paralisadas.	35 dias	R\$ 23.000,00
Produto técnico “B” - Documento contendo levantamento e análise referente à legislação afeta aos pagamentos de obras, considerando a atuação da Coordenação de Monitoramento de Obras, incluindo proposta de adequação de fluxos.	100 dias	R\$ 22.700,00

Produto técnico “C” - Documento contendo levantamento e análise das recomendações e determinações impostas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), alusivas ao Pacto Nacional de Retomada de Obras, no período de 2023 e 2024, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	170 dias	R\$ 22.000,00
Produto técnico “D” - Documento contendo levantamento e análise das recomendações e determinações impostas pela CGU (Controladoria Geral da União), alusivas ao Pacto Nacional de Retomada de Obras, no período de 2023 e 2024, incluindo a avaliação das implicações jurídicas relacionadas e proposição de medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas semelhantes no futuro.	240 dias	R\$ 21.300,00
Produto Técnico “E” - Documento contendo levantamento e análise referente às obras afetas ao Pacto Nacional de Retomada de Obras, que deverão ser canceladas, considerando os requisitos normativos aplicáveis, com proposta de procedimento para a efetividade da norma e sua aplicabilidade no âmbito da DIGAP.	320 dias	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 3 (DIGAP)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*	Valor por produto
Documento Técnico A contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao primeiro semestre de 2023, dos Estados de AM, RR e AP, por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	35 dias	R\$ 23.000,00
Documento Técnico B contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao primeiro semestre de 2023, dos Estados de PA, TO e RO, por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	100 dias	R\$ 22.700,00
Documento Técnico C contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao primeiro semestre de 2023, dos Estados de AC e MA, por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	170 dias	R\$ 22.000,00
Documento Técnico D contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao primeiro semestre de 2023, dos Estados de SE e AL, por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais	240 dias	R\$ 21.300,00

alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.		
Documento Técnico E contendo levantamento dos valores investidos e pagos referente ao primeiro semestre de 2023, dos Estados de PI e CE, por meio do PAR e PAC, incluindo avaliação comparativa em relação ao mesmo período do exercício de 2024, identificando eventuais alterações legais ou normativas que possam ter influenciado as variações ocorridas no período, além de propostas soluções para os problemas identificados.	320 dias	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 4 (CGEST)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*	Valor por produto
Documento Técnico A contendo a análise jurídico-administrativa e descrição do fluxo de cadastramento das iniciativas no âmbito do novo PAC dentro da plataforma Transferegov para o Novo Plano de Ações Articuladas para avaliação do corpo técnico da CGEST/FNDE.);	35 dias	R\$ 23.000,00
Documento Técnico B Documento técnico contendo indicação de eventuais dificuldades enfrentadas pelos entes federados na apresentação dos documentos em sua regularidade e integralidade para o cadastramento de iniciativas voltadas ao NOVO PAC, durante a instrução do processo na plataforma TransfereGov;	100 dias	R\$ 22.700,00
Documento Técnico C contendo análise jurídico-administrativa sobre implementação de atualizações normativas junto ao Novo Plano de Ações Articuladas (PAC) voltadas à melhoria da política pública de forma a reduzir a vulnerabilidade educacional nos Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país;	170 dias	R\$ 22.000,00
Documento Técnico D contendo o levantamento quantitativo de iniciativas cadastradas nos Estados da Região Centro-Oeste e Nordeste do país e qual a natureza da iniciativa, apresentando conjuntamente o status atualizado sobre a iniciativa cadastrada no Transferegov referente ao novo PAC);	240 dias	R\$ 21.300,00
Documento Técnico E contendo o mapeamento de demandas administrativas cadastradas pelos órgãos de controle, voltadas aos Estados das Regiões Centro-Oeste e Nordeste do país, relacionadas às iniciativas de infraestrutura física escolar do Novo PAC, no contexto das atribuições da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/FNDE);	320 dias	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

Consultor 05 (CGEST)

Produto	Data de entrega*	Valor por produto
Documento técnico A contendo estudo acerca do histórico do PAC e Novo PAC, de modo a propor melhorias quanto aos aspectos técnicos	35 dias	R\$ 23.000,00

pertinentes à assistência prestada aos entes federados, destinada à implementação de iniciativas de infraestrutura física escolar);		
Documento técnico B contendo Levantamento de dados relativos às iniciativas indeferidas ou não selecionadas, no Novo Plano de Ações Articuladas (PAC), para a construção de escolas de educação infantil, a partir do Transferegov para escolas em tempo integral, buscando a compreensão ampla dos motivos pelos quais as iniciativas não obtiveram deferimento e seleção);	100 dias	R\$ 22.700,00
Documento técnico C contendo levantamento de dados sobre as iniciativas cadastradas, deferidas e em execução, sob responsabilidade da CEF, para as ações do NOVO PAC voltadas às escolas de educação infantil);	170 dias	R\$ 22.000,00
Documento técnico D contendo a análise quanto a atuação da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/FNDE na execução da proposta da resolução nº 13 de 06 agosto de 2024, com vistas a reforma das escolas destruídas em razão tragédia climática que acometeu o Rio grande do Sul);	240 dias	R\$ 21.300,00
Documento Técnico E contendo a análise quantitativa da atuação da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional - CGEST/FNDE acerca das iniciativas cadastradas na execução da proposta da resolução nº 12 de 06 agosto de 2024, com vistas a reconstrução das escolas destruídas em razão tragédia climática que acometeu o Rio Grande do Sul);	320 dias	R\$ 21.000,00
TOTAL		R\$ 110.000,00

*as datas serão contadas da assinatura do contrato.

5 - INSUMOS

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão, ainda, ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

6 - PROCESSO SELETIVO

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, preferencialmente, o mínimo de 3 (três) participantes, sendo o mínimo de 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

6.1 Análise curricular:

- a) Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores> e no site da UNESCO <https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>. O candidato que encaminhar qualquer outro formato de currículo estará eliminado da seleção;
- b) Os currículos deverão ser encaminhados nas datas previstas no edital publicado no diário oficial para o e-mail prododigap@fnde.gov.br, preferencialmente em formato PDF. Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados;
- c) No campo “assunto” do e-mail deverá constar, obrigatoriamente, o número do edital;
- d) A indicação do número incorreto do edital ou do projeto ensejará a eliminação do candidato;
- e) O candidato que não indicar o edital correto no campo “1.1 DADOS DA SELEÇÃO” do currículo será eliminado da seleção;
- f) Os currículos padrão encaminhados tempestivamente serão analisados pela Comissão de Seleção. Serão encaminhados para a etapa de entrevistas, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- g) A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item 8 deste edital.

6.2 Entrevista:

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;
- c) As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo padrão;
- e) A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- g) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

6.3 Análise documental/Convocação:

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;

- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododdigap@fnde.gov.br;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

6.4 Critérios de desempate

Em caso de empate na pontuação final, terá preferência o candidato que obtiver a maior pontuação no item 3 da entrevista: "Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR". Persistindo o empate, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que apresentar:

- a) maior tempo de experiência com usabilidade de sistemas informatizados de gestão da Administração Pública Federal, especialmente SIMEC e SEI;
- b) maior tempo de experiência com a elaboração e revisão de documentos jurídicos, pareceres e minutas de normativos ou regulamentos, no âmbito da administração pública; e
- c) maior tempo de experiência com atividades jurídico-administrativas, no âmbito público.

7. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

7.1. Obrigatórios:

- A) Formação Acadêmica:** diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

- B) Formação Acadêmica:** Certificado de Pós-graduação, em nível de especialização, na área relacionado ao Direito Administrativo, Direito Constitucional ou Direito Público, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.
- C) Experiência profissional:** mínima de 04 (quatro) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;
- D) Experiência profissional** mínima de 04 (quatro) anos em elaboração e revisão de documentos jurídicos, pareceres e minutas de normativos ou regulamentos, no âmbito da administração pública, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

7.2. Desejáveis:

- a) Experiência profissional** mínima de 03 (três) anos na usabilidade de sistemas informatizados de gestão da Administração Pública Federal, especialmente SIMEC e SEI, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

Habilidades e competências: Conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, capacidade de análise e síntese, flexibilidade e bom relacionamento interpessoal e capacidade para trabalho em equipe.

8 – TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

CrITÉrios de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação acadêmica	<p><u>Obrigatório:</u> Graduação de nível superior em Direito, atestado por meio de Diploma fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p> <p><u>Obrigatório</u> Certificado de Pós-graduação, em nível de especialização, na área relacionado ao Direito Administrativo, Direito Constitucional ou Direito Público, devidamente registrado e fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Pós-graduação em nível Mestrado e/ou Doutorado;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização em Direito Administrativo, Direito Constitucional ou Direito Público;</p>	10

2	Experiência do candidato	<p>É <u>obrigatório</u> experiência mínima de 04 (quatro) anos em atividades jurídico-administrativas, no âmbito público, comprovadas por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado;</p>	<p>[100%] 25 pontos: 6 ou mais anos de experiência; [85%] 21,25 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 17,50 pontos: 4 anos de experiência.</p>	25
		<p>É <u>obrigatório</u> experiência mínima de 04 (quatro) anos em elaboração e revisão de documentos jurídicos, pareceres e minutas de normativos ou regulamentos, no âmbito da administração pública, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>100%] 25 pontos: 6 ou mais anos de experiência; [85%] 21,25 pontos: 5 anos de experiência; [70%] 17,50 pontos: 4 anos de experiência.</p>	25
		<p>É <u>desejável</u> mínima de 03 (três) anos na usabilidade de sistemas informatizados de gestão da Administração Pública Federal, especialmente SIMEC e SEI, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 5 ou mais anos de experiência; [85%] 17 pontos: 4 anos de experiência; [70%] 14 pontos: 3 anos de experiência.</p>	20
3	Entrevista	<p>1. Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.</p>	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	5
		<p>2. Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.</p>	<p>[100%] 5 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.</p>	5

		3. Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 10 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 8,5 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 7 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	10
TOTAL DE PONTOS				100

9 – RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados e enviados aos responsáveis, conforme orientações e ordem indicados a seguir, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

11 – LOCAL DE TRABALHO: Brasília - DF

Brasília/DF, abril de 2024.